

POLITIZAÇÃO DE INTERESSES ATRAVÉS DE FRENTES PARLAMENTARES

Odaci Luiz Coradini*

RESUMO

O estudo que está na origem desse artigo propõe que o objetivo principal da criação de frentes parlamentares é a formação de “espaços” de “opinião mobilizada” na definição e imposição de interesses no espaço político, através, particularmente, de atividades de *expertise*. Em segundo lugar, que as frentes parlamentares podem criar “espaços” ou “articular” um conjunto de deputados e senadores não apenas entre si, mas com representantes de organismos do Executivo de algum modo vinculados à “questão” conforme a definição em pauta. Por fim, que essas frentes parlamentares servem como meio de criação de “espaços” ou “articulação” entre os deputados e senadores com os processos de definição e de organização de interesses.

Palavras-chave: frentes parlamentares, politização, mecanismos de participação

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. coradini@portoweb.com.br

APRESENTAÇÃO

O artigo que segue faz parte de uma pesquisa mais ampla dedicada à análise das chamadas frentes parlamentares atuantes no Parlamento Brasileiro. Para o momento, dois eixos de análise são explorados. O primeiro diz respeito ao exame das relações estabelecidas pelos deputados com cada frente parlamentar, com o conjunto dos recursos sociais e políticos e com as orientações e confrontos políticos. E o segundo – pautado pelos padrões de correlações identificados – concerne uma reflexão acerca do problema analítico mais geral das relações entre diferentes modalidades de engajamento e processos de politização, notadamente por meio do confronto com a bibliografia internacional centrada no denominado “modelo pluralista” que tem sido o referencial dominante nas Ciências Sociais.

No Brasil, além de matérias divulgadas na imprensa, o tratamento das frentes parlamentares geralmente restringe-se a alguns poucos trabalhos que tomam determinados casos ou levantamentos de interessados diretos. Essa literatura, não raro produzida por especialistas em ciências sociais em geral a serviço de instituições políticas ou sindicais, tem em comum com os artigos publicados na imprensa a classificação e definição das atividades dessas frentes parlamentares como algo no sentido do “corporativismo” ou de “grupos de interesse”, em oposição àquilo que seria de natureza mais “política” ou “partidária”. Deste modo, comungam com uma concepção “gestionária” das atividades políticas na qual o pólo positivo é representado pela ação política através de partidos, de preferência com o máximo de adesão e de fidelidade. Disso dependeria, inclusive, a estabilidade dos processos e do próprio regime, além da suposta maior “governabilidade”, dentre outros aspectos considerados como positivos.

Nessa perspectiva, a ação política através de grupos de interesse somente pode ser vista como positiva se for algo análogo ao chamado “modelo pluralista”, ou no sentido do reforço da chamada “sociedade civil”. Caso contrário, as ações através de frentes parlamentares e o que significa em termos de representação de grupos de interesse geralmente são classificadas como algo no sentido do “corporativismo” e, inclusive, produto de estratégias do chamado “baixo clero”. Conjuga-se a isso o fato de

que a discussão travada por especialistas, comumente interessados e comprometidos com esse tipo de processo, e a imprensa acabam formando uma espécie de senso comum no qual, além das questões relativas ao suposto “corporativismo” presente nas frentes parlamentares, são apresentadas e discutidas condições de possibilidade e estratégias de sua utilização prática¹.

Tendo isso em vista, é preciso desde já situar a hipótese de trabalho do estudo que está na origem desse artigo. Em primeiro lugar, propõe-se que, em um nível mais geral, o objetivo principal da criação de frentes parlamentares é a formação de “espaços” de “opinião mobilizada” (Bourdieu, 1990, p. 66) na definição e imposição de interesses no espaço político, através, particularmente, de atividades de *expertise*. Isso consiste na “articulação” ou agrupamento, em primeiro lugar, de deputados e senadores com afinidades eletivas com o “problema”, ou seja, o tema e a definição da “questão” conforme determinado referencial (Muller, 1995). Em segundo lugar, as frentes parlamentares podem criar “espaços” ou “articular” um conjunto de deputados e senadores não apenas entre si, mas com representantes de organismos do Executivo de algum modo vinculados à “questão” conforme a definição em pauta. Em terceiro lugar, essas frentes parlamentares servem como meio de criação de “espaços” ou “articulação” entre os deputados e senadores com os processos de definição e de organização de interesses. Isso pode aparecer sob as mais diversas formas e denominações, tais como os apelos à chamada “sociedade civil”, à “sociedade organizada”, ao “setor”, à “região”, em síntese, alguma unidade social de agrupamento, mobilização e representação.

Em todo caso, estes interesses e objetivos na criação de “espaços” de imposição de definição, de “articulação”, de generalização e de legitimação de interesses e de forças sociais e políticas envolve de modo muito variável cada uma dessas instâncias (parlamento, organismos do Executivo e grupos de interesse). Isso depende das condições particulares de cada

¹ Alguns exemplos diversificados disso podem ser encontrados em: Vigna (2001); *Boletim do Diap*, 1999, p. 10; *Correio Brasiliense*, 17/01/2005, s. p.; *Zero Hora*, 23/02/2007, p. 14; Soares, 2005; http://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Parlamentar. Acessado em 24/10/2006; e Vogel, 2005, p. 11.

frente parlamentar e, mais especificamente, dos recursos e posições no espaço político de seus componentes, do tipo de “problema” e do referencial de sua definição, e do grau de amplitude do envolvimento, mais difuso ou, então, abarcando uma categoria social mais específica e já socialmente constituída e mobilizada, dentre outras condições. Porém, esse grau de amplitude não depende apenas da existência prévia de categorias ou “questões” já socialmente constituídas, como se estivessem à espera para entrar na agenda e no espaço político, mas dos interesses e condições de possibilidade política em seu recorte e definição.

FRENTES PARLAMENTARES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS (2003-2007): PRINCIPAIS RESULTADOS

Levando em consideração o conjunto das frentes parlamentares sobre as quais se obteve informações suficientes, a presente pesquisa abrange todos os deputados atuantes durante a legislatura de 2002 a 2007 e que se inscrevem nos parâmetros pertinentes ao problema de investigação em pauta.

Sabe-se do incremento contundente das frentes parlamentares no Congresso Nacional e que, no decorrer da legislatura de 2003 a 2007, um total de 148 frentes parlamentares foram constituídas na Câmara dos Deputados (tomado-as apenas em termos nominais). No final do referido período houve uma diminuição significativa desse ritmo de crescimento e, além das razões de ordem conjuntural, há motivos associados também a exigências formais². Porém, a existência nominal somente pode ser tomada como um indicador (precário) de algo no sentido de interesses e estratégias da utilização de frentes parlamentares como meio de lutas políticas.

Nesse estudo, do total de 148 frentes parlamentares com alguma menção de sua existência a partir do início de 2003, foi conseguida a lista de

² Até o final de 2005, a criação de determinada frente parlamentar consistia em algo completamente informal e nessa data, a direção da Câmara impôs uma série de definições e exigências formais (Câmara dos Deputados, *Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005*).

aderentes de 66 e na maior parte desses casos foi obtida alguma documentação relativa à sua formação e atividades.

Além da participação ou não em cada frente parlamentar, foram incluídas as variáveis que seguem: partido de filiação no final de 2006, mudança de filiação partidária na legislatura de 2002 a 2006 e partido de destino, ocupação ou não do cargo de líder ou vice-líder de partido na Câmara e a ocupação ou não do cargo de coordenador de frente parlamentar³.

Há uma interdependência muito forte, em primeiro lugar, da participação ou não em alguma frente parlamentar com o fato de fazer parte de outras. Em segundo lugar, na medida em que ocorre a participação em frentes parlamentares, as orientações relativamente à adesão a uma determinada frente é diretamente dependente da participação em outras. Em síntese, os recursos de posição e de situação, que dependem da inserção em sistemas de ação (Lagroye, François e Sawicki, 2002, p. 271) e em redes de interdependência têm um peso decisivo, tanto na adesão a alguma frente parlamentar como na definição daquelas que são objeto de adesão em segundo plano ou de rejeição.

Um primeiro princípio de divisão mais geral que opõe os deputados é a participação ou não em frentes parlamentares e, em segundo lugar, a interdependência nessa participação ou rejeição. Trata-se, em primeiro lugar, do problema de saber em que medida a participação ou rejeição

³ Como meio de exploração geral do material, foi aplicado um teste de análise de correspondência múltipla, tomando a participação ou não em cada uma das frentes parlamentares consideradas. Como variáveis ilustrativas foram incluídas as seguintes: o partido de filiação no final de 2006, mudança de filiação partidária na legislatura de 2002 a 2006 e partido de destino, ocupação ou não do cargo de líder ou vice-líder de partido na Câmara e a ocupação ou não do cargo de coordenador de frente parlamentar. Nesse teste o primeiro fator atinge nada menos que 12,80% (com 0,1280 de valor próprio), e o segundo fator 4,57% (0,0457 de valor próprio). O primeiro pólo do 1º fator corresponde à rejeição ou não-participação em frentes parlamentares, que tem graus variados para cada uma destas. Ao pólo contrário desse primeiro eixo corresponde a participação em frentes parlamentares, também numa distribuição conforme à intensidade. No eixo do segundo fator está em oposição o tipo de frente parlamentar. Desse modo, o primeiro pólo desse segundo eixo é análogo à posição de “direita” no espaço político, com um conjunto de frentes parlamentares destacando-se em seu extremo e as demais em graus variados conforme a intensidade.

relativamente ao conjunto de frentes parlamentares está baseada em algo em comum. E, em segundo lugar, é preciso saber em que medida a participação ou rejeição em alguma frente parlamentar em particular está associada à participação, ou rejeição, de outras frentes parlamentares, inclusive, porque, ao contrário da filiação partidária, a participação em determinada frente parlamentar não é exclusiva, restando, portanto, um espaço para a manipulação das afinidades e distâncias eletivas.

Essa participação ou rejeição de frentes parlamentares forma um eixo de oposição no qual, num dos pólos, situam-se aqueles que se caracterizam pela não participação ou rejeição das frentes parlamentares em geral, embora em graus variados, em oposição ao pólo correspondente à maior participação. Porém, em ambos esses pólos e particularmente naquele da participação, um segundo princípio de diferenciação consiste no grau ou quantidade da participação ou rejeição e em sua distribuição entre as diferentes frentes parlamentares. Ou seja, para além da maior participação ou rejeição, está em oposição também a distribuição entre frentes parlamentares relativamente às quais os deputados mantêm maior ou menor participação e, portanto, as interações entre estas frentes, de maior ou menor participação e suas relações com as demais características e recursos dos deputados.

Nessa bipolarização entre a participação ou rejeição de frentes parlamentares, um dos extremos do eixo é ocupado, em primeiro lugar, pela frente parlamentar da defesa da educação profissional, seguida por outras 48, até aquela de combate à corrupção. Portanto, das 66 frentes parlamentares incluídas no universo, a maior parte (50) se hierarquiza pelo grau de participação/rejeição, restando poucas que podem ser consideradas mais próximas de uma posição de neutralidade, ou seja, cuja participação ou não nas mesmas não mantêm interdependência relativamente às demais. Isso significa que a frente parlamentar da defesa da educação profissional, seguida de perto por outras, como a da cultura, a contra o câncer, a das indústrias têxteis, da confecção e da moda, dentre outras, são aquelas cujas relações com o conjunto dos deputados, seja de adesão ou de rejeição, são as mais exclusivas.

Porém, quais seriam as bases desse grau de exclusividade das frentes parlamentares? Embora, oficialmente e, inclusive, em termos do senso

comum, o objeto por excelência das frentes parlamentares seja algo como “problemas específicos”, os princípios de delimitação dessa exclusividade ou então de afinidade com as respectivas posições dos aderentes são muitos variados. Via de regra, em graus diversos, ocorre uma mistura de componentes que inclui as afinidades regionais, corporativas (setoriais ou profissionais); a inserção em redes e alianças de mobilização de opinião que podem remontar a períodos anteriores dos respectivos trajetos sociais e políticos; as relações e imbricações com interesses organizados e a emergência e imposição da respectiva “questão” ou de sua redefinição no espaço político, e assim por diante. Como já mencionado, algumas frentes parlamentares têm um forte caráter de defesa de interesses de cunho corporativo, como é o caso, por exemplo, daquela da educação profissional, da cultura, da contra o câncer, das indústrias têxteis, da confecção e da moda, da saúde, da defesa do carvão mineral, dentre muitas outras.

Por outro lado, outras frentes parlamentares mantêm um caráter de cunho mais ideológico, como, por exemplo, aquela da defesa dos povos indígenas, outras estão associadas a determinados princípios ambientalistas, como aquela da ecologia urbana, e a ambientalista, dentre tantas outras. Porém, essa divisão entre as frentes parlamentares de cunho mais fortemente “corporativo”, ou de defesa de interesses “profissionais” ou, ainda, “econômicos” ou “setoriais”, em detrimento daquelas de caráter, ou com pretensões mais ideológicas, não esgota o problema. É evidente que na criação e funcionamento dessas frentes parlamentares está em pauta uma determinada estrutura de recursos de diferentes ordens, bem como a defesa de interesses de esferas distintas, seja de origem mais diretamente econômica ou empresarial, corporativa setorial ou profissional, regional, ou ideológica, dentre tantas outras. Isso tudo, evidentemente, conflui para processos de politização em modalidades diversas. Porém, o que deve ser destacado é que, mais que uma classificação dos tipos de interesses e de recursos em confronto (econômicos, culturais ou ideológicos, etc.), o que deve ser apreendido são os processos de reconversão dos mesmos em algum tipo de capital político e as lógicas sociais subjacentes.

Como é facilmente demonstrável, nenhuma frente parlamentar pode ser tomada apenas através de algum tipo de recurso e de forma de ação,

visto que se trata de processos de reconversão de recursos e de classificações sociais em capital político e, em alguns casos, de formulação e de influência nas decisões políticas. Nesse sentido, a característica comum mais geral é que o objeto de qualquer uma dessas frentes parlamentares é sempre um investimento no sentido da formulação e imposição de referenciais de definição da “questão” objeto da mesma, daí o recurso generalizado à *expertise*. Entretanto, isso abarca diferentes modalidades e níveis de recursos e de interesses, do que resulta que qualquer frente parlamentar consiste numa modalidade específica de articulação de recursos e de interesses, a começar por aqueles da própria representação política institucionalizada, bem como dos interessados “externos” às atividades políticas “profissionais”. Porém, esses interessados “externos” também não constituem algo amorfo e nem categorias monolíticas, compondo diferentes públicos e interesses distintos, seja relativamente às lógicas dos processos eleitorais ou, então, de intermediação de interesses.

Tomado em termos gerais, alguns indicadores de recursos e de orientação política apontam levemente no sentido de que a maior participação em frentes parlamentares pode estar relacionada a menores recursos políticos (como geralmente apontado pelas interpretações disponíveis). Assim, no que tange à filiação e, mais especificamente, à fidelidade partidária, ocorre uma leve tendência de menor participação dos que não mudaram de partido na legislatura analisada, de 2003 a 2006, posicionarem-se no pólo da menor proporção de participação nas frentes parlamentares. Quanto à filiação partidária na legislatura considerada, alguns partidos que ocupam posições extremas contrárias no espaço político, particularmente o PFL e o PT, também apresentam levemente uma maior proporção de rejeição das frentes parlamentares, tomadas em conjunto. No pólo dos que têm proporcionalmente maior participação em frentes parlamentares destacam-se o PV e o PTB, embora de modo não muito expressivo. Dito de outro modo, se por um lado os deputados filiados a alguns partidos que ocupam posições extremas no espaço político apresentam uma proporção levemente menor na participação no conjunto de frentes parlamentares, por outro, aqueles que têm participação em alguma frente parlamentar tendem a manter um relativamente forte alinhamento.

Como mencionado, num primeiro eixo de oposição os deputados distribuem-se conforme o grau de participação ou rejeição no conjunto das frentes parlamentares. Em segundo lugar, entra em pauta o grau de exclusivismo de cada uma das frentes parlamentares. Quer dizer, na medida em que o objeto ou “questão” de determinada frente consiste em algo específico e restrito a determinada base ou categoria social específica, os deputados envolvidos ou que rejeitam a frente tendem a se alinhar de modo semelhante relativamente às demais frentes parlamentares. Essas, por sua vez, também estariam circunscritas a outros objetos ou “questões” específicas mais ou menos excludentes, ou interdependentes.

Ocorre que o grau de exclusividade ou de abrangência e o caráter mais ou menos difuso de determinado grupo de interesse, ou da frente parlamentar à qual está associado depende tanto da abrangência da categoria social com interesses representados como decorre também dos critérios de definição desses interesses e da estrutura de sua representação, em termos associativos, sindicais ou partidários.

Como já foi dito, num segundo eixo de oposição há uma homologia muito forte e direta com o espaço político, seja em sua constituição eleitoral ou, em termos mais gerais. Evidentemente, aquilo que constitui cada pólo dessa oposição não é redutível a algo genérico e nativo como “esquerda” e “direita” e, além disso, os princípios de classificação não são unívocos. Assim, por exemplo, o pólo da “esquerda” pode manter maior participação em determinadas frentes parlamentares por seu objeto estar associado com certas bandeiras de luta e grupos de interesse de base sindical; ou, então, por se tratar de alguma questão de cunho mais moral ou ideológico, como uma espécie de vanguarda (seja em termos de moral cívica, familiar, ou relativa a outra esfera, como o ecologismo) ou, ainda, por estar ligada a determinadas esferas de atividades mais próximas desse pólo, como os serviços públicos; ou, ainda, simplesmente, como decorrência do fato de que o deputado ou as redes que promovem a frente parlamentar estarem inseridos em partidos próximos à “esquerda”, embora o objeto da frente parlamentar seja fortemente setorial ou corporativo.

O pólo correspondente às posições de “direita” no espaço político é composto por aqueles que se destacam tanto pela participação em deter-

minadas frentes parlamentares, como pela rejeição a outras. No que tange à participação, há uma enorme variedade de modalidades de recorte do objeto de cada frente parlamentar, dos interesses em confronto e dos critérios de agrupamento dos envolvidos. Frentes parlamentares como a ruralista, da avicultura, da fruticultura brasileira, dentre outras, consistem na defesa de grupos setoriais de empresários e/ou produtores já organizados há mais tempo. Isso, no entanto, não elimina suas “questões” e princípios de definição próprios, como a oposição às políticas de reforma agrária no caso da ruralista ou, simplesmente, a busca de recursos públicos e de políticas governamentais, como é o caso das demais. Esse é o caso da frente parlamentar das indústrias têxteis, da confecção e da moda, a da defesa da Vasp, dentre tantas outras. Por sua vez, no caso daquela dos advogados se trata não apenas do corporativismo profissional, mas da utilização do direito para a imposição de determinadas formulações políticas à “direita” no espaço político.

No caso da frente parlamentar evangélica, apesar de seu caráter fortemente ideológico, deve ser considerado que se trata das relações de parte dos deputados com outra esfera de atividades, ou seja, o campo religioso e, no seu interior, as igrejas pentecostais e suas perspectivas e estratégias próprias. Ainda quanto a este pólo à “direita”, é necessário considerar as relações entre os princípios de definição da “questão” e os demais princípios e interesses organizados em termos mais gerais.

As frentes parlamentares que se caracterizam, simultaneamente, pela maior rejeição dos deputados situados à “direita” e maior participação daqueles de “esquerda” constituem um conjunto relativamente amplo (de cerca de 20 das 66 examinadas). Algumas que se destacam têm um caráter fortemente de articulação do pólo sindical à “esquerda”, como aquela da defesa do financiamento público e da soberania nacional. Outras, como as da reforma urbana estão mais diretamente associadas à formulação e defesa de políticas para segmentos populacionais, no caso, trabalhadores urbanos; outras mantêm um forte caráter de empresa e vanguarda moral em associação com grupos de interesse afins, como a frente parlamentar de defesa da livre expressão sexual, ou de algum tipo de moral cívica, como a de combate à corrupção, a de defesa dos povos indígenas, da defesa da igualdade racial, do combate ao uso do cigarro, dentre outras.

Ainda quanto a estas frentes parlamentares de forte caráter moral, há um conjunto com associação mais forte com algum tipo de ecologismo, embora baseadas em grupos de interesse e em princípios um tanto distintos, como é o caso, dentre outros, da frente parlamentar de defesa da energia de fontes renováveis, da ambientalista, e da defesa das águas. Por fim, há aquelas dirigidas para um segmento e com base em interesses muito específicos, como é o caso de uma posição do sindicalismo de professores universitários públicos, no caso da frente parlamentar em defesa da universidade pública e gratuita, ou, ainda, de defesa das políticas públicas para a juventude. Ao confrontar esses dois pólos e os interesses que servem de base, fica evidente um maior grau de associação do pólo à “direita” com grupos de interesse de caráter “econômico”, enquanto o pólo contrário está mais diretamente centrado em grupos de interesse de cunho de vanguarda ideológica, moral ou “cultural”.

Isso, no entanto, deve ser mais precisamente qualificado, visto que, no pólo à “direita”, mais que “econômicos”, trata-se de interesses associados ao universo empresarial e, mais especificamente, aos interesses organizados associados ao mesmo. No pólo contrário, de “esquerda”, mais que “moral”, trata-se de interesses investidos em setores de produção de caráter mais “cultural” ou “social”, ou seja, simbólica, seja em razão das origens e vinculações profissionais dos deputados, ou, então, de relações com o engajamento e militância associativa e sindical.

Mas nessa oposição homóloga ao espaço político, as relações entre o tipo de participação em frentes parlamentares e os indicadores de inserção social e o trajeto político são muito fortes. Isso envolve aspectos econômicos, escolares, demográficos e, sobretudo, político-partidários.

No que tange a aspectos demográficos, sobressai-se, particularmente, a maior proporção de deputados do sexo masculino, que se declaram casados, no pólo correspondente à “direita”. Em termos econômicos, a faixa de patrimônio mais diretamente associada é a mais elevada, de um milhão ou mais de reais em 2006, enquanto no pólo contrário, as faixas mais diretamente associadas são as de cento e cinquenta a duzentos mil reais. Algo semelhante ocorre com a profissão declarada, sendo que ao pólo da “direita” corresponde o agrupamento dos proprietários de diferentes setores, ou dos diretores, proprietários, gerentes ou administra-

dores de organizações privadas, em oposição ao agrupamento dos trabalhadores de diferentes setores e aos professores (de todos os níveis). Quanto à titulação escolar, ao primeiro pólo correspondem mais diretamente os formados em direito e, no pólo contrário, correspondente à “esquerda” no espectro político, as ciências humanas e sociais (jornalismo, ciências sociais, história, pedagogia, psicologia, teologia, etc.).

AS FRENTES PARLAMENTARES E A CRÍTICA AO “MODELO PLURALISTA”

Na literatura internacional, a definição de grupo de interesse e suas relações com a representação política estão centradas nos chamados “modelos” de organização. Dentre estes “modelos” se destaca o chamado “pluralista”, muito utilizado nas últimas décadas em oposição ao “corporativista” ou “neocorporativista”, além de outros “modelos”, como o “contestatório”, dentre outros⁴. Ocorre que o chamado modelo “pluralista”, que tende a se impor como o referencial dominante e atual substituto do antigo desenvolvimentismo na interpretação de processos como aqueles em pauta não constituem apenas uma abordagem dentre outras. Além de base para esquemas analíticos nas ciências sociais, o “pluralismo” também configura um esquema de pensamento que extrapola as ciências sociais e que está estreitamente associado com determinadas experiências históricas e políticas, particularmente nos Estados Unidos.

Para os objetivos do presente artigo, interessa destacar que, além do normativismo típico de uma determinada filosofia ou moral cívica que toma as lutas e o poder político como “influência” (Braud, 1985), com uma perspectiva “gestionária” do espaço político, uma das impli-

⁴ Deixando de lado certos desdobramentos mais recentes, como a ênfase na caracterização de tipos de corporativismo, os elementos centrais de uma espécie de “matriz” que fundamenta esse senso comum encontra-se numa publicação de Almond (1958). Mesmo sem entrar em detalhes, cabe notar que essa “matriz” divide os tipos de intermediação de interesse tendo como referência central positiva o “sistema anglo-saxão”, com o qual são comparados os atributos dos “sistemas não ocidentais”, a “crise” do “sistema francês-italiano”, e o “sistema multipartidário” da Escandinávia e dos países baixos (Almond, 1958, p. 275).

cações é um determinado objetivismo que tende a tomar os “interesses” como já socialmente objetivados e não os processos de sua constituição social e política. Tendo em vista a diversidade das relações entre diferentes modalidades de engajamento e constituição de interesses, Offerlé (1998) propõe examinar as relações partidárias com seus diferentes usos políticos, sendo que nas concorrências eleitorais, os grupos podem “recusar o corte entre a política e a economia (...) e, inclusive, se transformar em organizações de conquista do poder” (Offerlé, 1998, p. 21-22 e passim). Isso leva a estudar o grupo de interesse enquanto organização, mas, simultaneamente, como “campo” no qual a organização age, sendo que um dos produtos mais específicos da atividade dos grupos de interesse consiste no “reforço” ou “produção de setores estatais dispondo de recursos materiais e simbólicos” (Offerlé, 1998, p. 81 e 99).

As relações dessas frentes parlamentares com a definição, organização e politização (Lagroye, 2003) de interesses são constitutivas das mesmas, fazem parte de sua própria definição e regulamentação oficial. Num “modelo” de formalização adotado por imitação, em sua formação, em geral se define a frente como constituída de parlamentares, na qual os mesmos mantêm o monopólio da palavra ou das deliberações, além de se tratar de algo “suprapartidário” e “não ideológico”, ou seja, aqueles atributos que as associam a algo dirigido a alguma “questão específica” e não partidária. Porém, ao definir as diferentes categorias de componentes, geralmente há uma formada pelos fundadores (deputados ou senadores que fizeram parte do “ato de fundação”), seguida pela categoria dos “efetivos (que aderiam formalmente e estão no exercício do mandato) e, por fim, dos membros “colaboradores”. Nessa última categoria geralmente são incluídos os ex-parlamentares e os “interessados” não parlamentares, via de regra, representantes de grupos de interesse vinculados à “questão” em pauta. Em outros casos, é atribuída mais importância ao monopólio da palavra ou das deliberações aos deputados e senadores ou, ainda, ao direito de atribuição de “títulos honoríficos” a participantes destacados. Porém, com exceção dessas variações secundárias, o “modelo” formal é sempre muito semelhante.

Ao tomar as três modalidades que resumem os repertórios de ação, propostas por Offerlé (1998, p. 110), a saber, o *número*, a *ciência* e a *virtude*, em algum grau todas podem ser encontradas no conjunto dos grupos de interesse que se vinculam a frentes parlamentares. Do mesmo modo, praticamente em todas são destacadas suas funções legislativas, seja no sentido de formulação de políticas, de “articulação” de forças e viabilização ou transformação em legislação, ou ainda, do acompanhamento de sua implementação. Além disso, em geral, também são destacados os objetivos de intermediação nos organismos públicos pertinentes à “questão” em pauta, porém, os objetivos mais constantemente presentes estão associados ao que poderia ser definido como intermediação entre os grupos de interesse envolvidos e o espaço político, seja no âmbito do parlamento ou do governo e, em segundo lugar, às atividades de *expertise*. Essa *expertise* ocorre em modalidades muito diversas, mas particularmente através daquilo que Offerlé (1998, p. 110 e 121) define como “colóquio” e que pode aparecer, também, como atividades de promoção de “seminários”, de “debates”, de “eventos”, de “audiência pública”, dentre outras denominações.

Evidentemente, essa utilização da *expertise* não exclui, mas se integra com outras modalidades de ação, seja de cunho mais contestatório, corporativo, clientelístico, ou político-partidário. Analiticamente, o principal problema consiste nos níveis em que as lógicas que regem estas ações como a intermediação, a *expertise* e os processos eleitorais se integram ou se excluem. Tanto as relações entre os profissionais da política, no caso, deputados federais, como as diferentes categorias de não profissionais da política partidária não apenas comportam códigos distintos, como também abrangem bases sociais relativamente diversas. Sendo assim, mesmo com determinado grau de contradição, ou de contrariedade, é possível agregar recursos e estratégias eleitorais diversas com capital associativo ou, de modo mais geral, reconhecimento e legitimidade como representante de interesses organizados, frente a círculos mais restritos e delimitados de eleitores e, particularmente, de seus mediadores, compondo redes de dependência vertical. Por outro lado, algumas dessas frentes parlamentares caracterizam-se pelo forte corporativismo profissional, enquanto outras estão vinculadas a diferentes modalidades de

corporativismo setorial⁵, ou, ainda, outra modalidade de organização e intermediação de interesses.

Em síntese, se por um lado há uma série de elementos comuns que abrangem o conjunto das frentes parlamentares, tais como a intermediação entre grupos de interesse e o legislativo e o peso generalizado da *expertise*, por outro, há uma série de particularidades que variam para cada caso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como destacado no início do artigo, o tema geral dessa investigação são as frentes parlamentares em suas relações com os grupos de interesse e com diferentes modalidades de engajamento e processos de politização. Numa perspectiva com base no chamado “modelo pluralista” e da moral cívica vigente, correlata à busca da “boa política”, essas frentes parlamentares poderiam ser tomadas como protótipo de algo no sentido da “despolitização”, devido à sua discrepância relativamente àquilo que seria uma estrutura partidária formalizada e estabilizada e à demarcação dos alinhamentos político-ideológicos. Mas, como parece ter ficado evidente, em primeiro lugar, ocorre uma forte associação entre a distribuição dos deputados na participação em frentes parlamentares e os alinhamentos políticos e a filiação partidária. Essa associação ocorre, inclusive, com os diferentes usos da filiação partidária. Ou seja, se por um lado, a quantidade de troca de partido está relacionada com a posição no espectro político, por outro, também está associada com a distribuição dos deputados nas frentes parlamentares.

Mas, se a distribuição dos deputados conforme a participação em frentes parlamentares está associada às respectivas posições e alinhamentos no espaço político, também dependem diretamente das relações

⁵ Sobre a distinção entre o corporativismo profissional e outras modalidades, como o setorial, ver Jobert e Muller (1987, p. 160-185). Sobre a organização de interesses e a proeminência do Executivo no Brasil do período Vargas, ver Schmitter (1971); e sobre o reconhecimento da “cidadania regulada” conforme o pertencimento a organizações de interesse profissionais e suas relações com o Estado, ver Santos (1979). Sobre o caráter “bifronte” do corporativismo na América Latina, ver O’Donnell (entre outros, 1976).

com os grupos de interesse e com as condições e a posição no espaço social. Consequentemente, a participação nas frentes parlamentares está fortemente relacionada com o tipo de engajamento associativo/sindical prévio e com o conjunto de indicadores relativos à posição no espaço social. Dentre esses indicadores se destacam o montante do patrimônio, a titulação escolar e o trajeto ocupacional, dentre outros.

Por outro lado, ao contrário do que preconizam as abordagens que pressupõem que a organização e defesa de interesses ocorrem inicialmente em organizações da chamada “sociedade civil”, para então serem agregadas nas instâncias públicas nas condições estudadas, a defesa de interesses e sua politização não são redutíveis a algum “modelo” idealizado. Como parece ter ficado evidente, se, por um lado, os interesses não ocorrem previamente à sua definição e organização, por outro, as relações entre sua definição e organização e a politização dependem de condições específicas de cada caso. Assim, num pólo extremo podem ser encontrados aqueles grupos de interesse previamente organizados em bases pretensamente externas à “política” (no sentido de partidarização) e sua posterior ligação com determinados agentes do espaço político e frentes parlamentares (como exemplificam, dentre tantos outros casos, as organizações assistenciais de igrejas pentecostais e suas vinculações com a frente parlamentar evangélica). Por outro lado, se destacam grupos de interesse que são o resultado da formulação e intervenção de agentes políticos, em interação com processos de definição ou redefinição de interesses de determinadas categorias sociais mais específicas ou mais difusas, na sua própria formação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRO-PARLAMENTO – *Informativo do Núcleo dos Parlamentares Negros do PT no Congresso Nacional*.

ALMOND, G. A. Research note; Comparative study of interest groups and the political process, *The American Political Science Review*, Washington, 53 (1), mar., 1958.

BOURDIEU, P. & Christin, R. La construction du marché. Le champ administratif et la production de la “politique du logement”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, (81/82), mars, 1990.

BOURDIEU, P. La représentation politique; éléments pour une théorie du champ politique, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, (36/37), fév./mars, 1981.

BRAUD, P. Du pouvoir en general au pouvoir politique. In. GRAWITZ, M. e LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique*; v.1: La Science politique, science sociale: L'Ordre politique. Paris, PUF, 1985.

CÂMARA dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. *Ato da Mesa nº 69*, de 10/11/2005.

CÂMARA dos Deputados. *Frente Parlamentar da Reforma Urbana*. (s.n.t.), (s.d.).

CÂMARA dos Deputados. *Frente Parlamentar em Defesa da Energia de Fontes Renováveis*. (s.n.t.), 2002.

CÂMARA dos Deputados. *Frente Parlamentar pela Criação da Justiça Agrária*. 2004.

CORREIO *Brasiliense*.

FRENTE *Parlamentar Evangélica*.

JOBERT, B. & MULLER, P. *L'État en action; Politiques publiques et corporatismes*. Paris, PUF. 1987.

JORNAL *do Carvão*

LAGROYE, J. Les processus de politisation. In. LAGROYE, J. (dir.). *La Politisation*. Paris, Éditions. Belin, 2003.

LAGROYE, J., FRANÇOIS, B. & SAWICKI, F. *Sociologie Politique*. 4ª ed., Paris, Presses de Sciences Po et Dalloz, 2002.

MULLER, P. Politiques publiques comme construction d'un rapport au monde. In. FAURE, A., POLLET, G. & WARIN, P. (dir). *La Construction*

du Sens dans les Politiques Publiques; Débats autour de la notion de référentiel. Paris, L'Harmattan, 1995.

O'DONNELL, G. Sobre o "corporativismo" e a questão do Estado, *Cadernos do DCP*, Belo Horizonte, n.3, março, 1976.

OFFERLÉ, M. *Sociologie des Groupes d'Interêt*. Paris, Montchrestien, 2ª ed., 1998.

OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. In. OFFERLÉ, M. (dir.). *La Profession Politique: XIXe-XXe. Siècles*. Paris, Éditions Belin, 1999.

Radiografia do Congresso; Frente Parlamentar. In. *Boletim do Diap*, IX (106), jun., 1999.

Rede Brasil. *Convite*. (s.n.t.), 2003

Revista Cidades, nov. 2003 (<http://cidadesdobrasil.com.br/cgi-cn> Acessado em 22/03/2007)

Revista da Frente Parlamentar Evangélica.

SANTIAGO, P. R. *Frente Parlamentar de Combate à Corrupção*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2004.

SANTOS, W. G. dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SCHMITTER, P. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. Standfor, Stanford University Press, 1971.

SOARES, L. Frentes estilhaçam os partidos, *Correio Brasiliense*, Brasília, 28/02/2005.

VIGNA, E. *Bancada Ruralista: um grupo de interesse*. Brasília, INESC, 2001.

VOGEL, L. H. *As Frentes Parlamentares e a Cultura Política em Defesa dos Direitos Humanos*. Brasília, Câmara dos Deputados, 2005.

WILSON, F. L. Les groupes d'interêt sous la cinquième République; Test de trois modèles théoriques de l'interaction entre groupes et gouvernement, *Revue Française de Science Politique*, Paris, 33 (2), avril, 1983.

Zero Hora

<http://cidadebrasil.com.br>

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Frente Parlamentar](http://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Parlamentar)

www.diap.org.br

www.fundamento.inf.br

www.mct.gov.br